

eram da nova Constituição

Tadashi Nakagomi/31 mar 86

Luiz Prado/10 jun 86

Derly Marques/1987



C. Pavan, presidente do CNPq



O sociólogo Florestan Fernandes



Paulo Vanzolini, zoólogo da USP

idade do Estado

clama que o ambiente sadio é um direito, cabendo ao poder público, em colaboração com a comunidade, protegê-lo, prevenindo e controlando a poluição e a erosão. A lei deverá punir como crime os atentados contra o meio ambiente, podendo os cidadãos e as associações pedir à administração pública e ao judiciário a cessação das causas da violação, a indenização, ou a recomposição do bem atingido; 5. Populações indígenas: incorpora o documento da Associação Brasileira de Antropologia e da União das Nações Indígenas, que reconhece as populações indígenas como integrantes da comunhão nacional, protegendo-as como primeiros habitantes do território nacional. Uma legislação específica deverá efetivar esse princípio e garantir as condições necessárias para preservar a identidade das populações indígenas, além de colocá-las em pé de igualdade com todo cidadão brasileiro e garantir o caráter inalienável das terras ocupadas pelos índios. (FG)

parte da nossa população. Por isso devemos submeter o conhecimento científico à sua aplicação pelas populações mais carentes, que assim poderão revolucionar suas condições de vida. A Constituição deve estabelecer certas medidas de caráter geral que voltem a ciência para esses fins."

Paulo Vanzolini, 62, diretor do Museu de Zoologia da USP: "Os cientistas esperam uma boa organização das agências de fomento à pesquisa, como a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e o CNPq. Quanto ao meio ambiente, o Brasil possui boas leis de proteção, mas elas não são cumpridas. Já o ensino universitário deve ser moralizado. A

começar pelos professores universitários, que choram muito, ganham bem em relação ao povo e não têm obrigação nenhuma. Lembro a frase do historiador cearense Capistrano de Abreu, do final do século passado, que dizia que o primeiro artigo da Constituição brasileira deveria ser 'Todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha' e o segundo seria 'Ficam revogadas todas as disposições em contrário'. Isso se aplica à Universidade. Além da moralização, a Constituição deve pensar numa destinação de investimentos maior em educação do que em pesquisa. Com boa educação, a pesquisa vem como consequência. Devem-se abolir as pessoas (sic) que querem priorizar suas próprias áreas. A boa mentalidade científica diz que os recursos devem ser aplicados onde sejam mais úteis, com juízo e honestidade."

Milton Santos, 60, geógrafo da USP: "A nova Constituição deverá fornecer uma definição de cidadania que não seja ambígua. A cidadania tem de ser definida por uma listagem dos direitos que cabem a todos os brasileiros, não importa onde eles estejam, ou seja, a figurar a todos a possibilidade de ter acesso àquelas condições mínimas de existência que cabem ao Estado prover: saúde, educação, habitação, lazer, segurança, etc. Hoje, dependendo do lugar onde uma pessoa vive, ela tem acesso ou não a estas condições mínimas. O território tem que ser instrumentalizado do ponto de vista social e não do ponto de vista econômico e político."

Warwick Estevam Kerr, 64, geneticista da Universidade Federal do Maranhão: "Na nova Constituição, a importância dada à educação terá que ser muito maior do que é hoje. Um exemplo: as companhias de informática deveriam contribuir com pelo menos 5% do seu lucro para investir nos cursos de computação, para sua uniformização em todo o país. Eu só acredito num país sem

explorados e exploradores se a educação for homogênea em todos os Estados. Nas universidades, as promoções devem ser baseadas na produção científica dos indivíduos, não por tempo de serviço — como é feito hoje nas universidades federais. Os professores que ocupam os maiores cargos não se empenham, não sabem fazer e também não sabem ensinar a fazer pesquisa. O Brasil deve tomar medidas sérias para o controle dos gastos de energia. Cada Estado deve ter sua própria fábrica de bicicletas e os municípios que não tiverem ciclovias não deverão receber verbas federais. A alimentação deve ser subvencionada, de maneira que dê lucro ao produtor e chegue ao consumidor com preços baixos. Pararia imediatamente a subvenção ao trigo, que é um cereal estrangeiro. Vamos subvencionar o milho, a batata-doce, o feijão, a mandioca — produtos tipicamente brasileiros. No que diz respeito à ciência, o presidente Sarney deveria premiar quem investe em ciência como faz com a cultura. Por exemplo: 5% dos impostos que devemos pagar todos os anos, depois de calculados, deveriam ser encaminhados para a ciência, a tecnologia e a educação."

José Goldemberg, 58, físico e reitor da USP: "A comunidade acadêmica espera que o Congresso constituinte discuta os grandes problemas da educação pública no Brasil, definindo normas para a orientação do ensino superior. O setor privado, que oferece 80% das vagas em todo o país, é que tem crescido — mas há críticas sobre a qualidade de ensino. Enquanto isso, as universidades públicas são criticadas por formar uma espécie de elite. Uma forma de melhorar o padrão de ensino no país seria um subsídio do governo às instituições particulares. O Brasil precisa de uma tecnologia de vanguarda que só pode ser cultivada e transmitida aos alunos dentro das entidades de ensino público."